

## DEZ NOTAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

## TEN NOTES ABOUT ALPHABETIZATION AND LITERACY

Graziela Giusti PACHANE\*

**Resumo:** O presente texto apresenta algumas reflexões sobre processos de alfabetização e letramento que, num país como o Brasil, com alto índice de analfabetismo, são muitas vezes realizados em programas emergenciais, quase sempre no âmbito da educação popular. Embora trate de temas centrais nessa discussão, como conceito de alfabetização, métodos de ensino, políticas educacionais, seu foco é a necessidade de maior aproximação entre os diferentes níveis educacionais, em especial a pós-graduação e o período de aquisição da língua escrita, ocorrido na infância ou em projetos de educação de jovens e adultos. Entre outros aspectos, argumentamos que a má qualidade da educação no país não se deve a um setor exclusivamente (seja ele governo, professores, família ou alunos) e que, portanto, a reversão dessa situação deve se dar por um trabalho cooperativo entre essas instâncias, incluída aí a universidade.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Ensino de língua materna. Universidade. Educação Superior.

**Abstract:** This text presents thoughts on the process of literacy and critical literacy, which in a country as Brazil, presents high levels of illiteracy, and to minimize the situation emergency education programs are created. Although themes such as the concept of literacy, teaching methods, educational policies are discussed, the focus of the text is to emphasize the need of approaching

---

\* Doutora em Educação pela Unicamp. E-mail: [gragiupa@gmail.com](mailto:gragiupa@gmail.com).

different educational levels, especially post-graduation and writing acquisition stage. It is necessary to consider that literacy may occur during childhood or in programs of youth and adult education. Among other points, the study suggests that poor education in Brazil is not due to one sector in particular (government, teachers, family or students), therefore, the reversion of this situation demands cooperative work among all sectors, including the universities.

**Keywords:** Literacy. Critical Literacy. Mother tongue teaching. University. Higher education.

O presente texto originou-se de uma fala durante um evento acadêmico, quando se discutia a participação ou não do grupo de professores da pós-graduação de uma determinada instituição de ensino superior em atividades relativas a programas de educação de jovens e adultos.

Os docentes presentes alegavam que a área de concentração daquele programa de pós-graduação em educação, bem como sua vocação, era distante da alfabetização, não tendo porque se integrarem em mais uma atividade, dentre as inúmeras que realizavam.

Não sem resistência, o grupo terminou por aceitar, por meio da participação de dois ou três de seus docentes, tomar parte no projeto de educação de jovens e adultos.

Aquela situação, bem como o embate que se deu sobre a legitimidade ou não de assumir-se, perante a CAPES, tal atividade, levou-me a questionar a relação existente entre os primeiros passos da aquisição da escrita – o que num país com alto índice de analfabetismo ocorre muitas vezes em programas de educação popular – e a pós-graduação, posto mais elevado a que se pode almejar na “carreira” de estudante.

Embora nem todos os programas de pós-graduação em educação estejam diretamente relacionados às discussões sobre alfabetização, vejo que a pós-graduação, de maneira geral e especificamente a pós-graduação em educação, tem sempre algo a refletir sobre o processo de alfabetização. Afinal, se a pós-graduação pode ser considerada como o ponto mais alto da carreira acadêmica de um indivíduo, ninguém

chegaria lá (nem nós mesmos nem nossos alunos), se não tivesse passado pelos primeiros momentos de aquisição da linguagem escrita.

Porém, não é somente por meio desse argumento, já muito utilizado quando tentamos lutar por melhorias das condições de trabalho dos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, que podemos realizar uma ligação entre pós-graduação e alfabetização: quantos orientadores não sofrem ao tomarem pela mão alunos que, mesmo chegando ao topo da carreira acadêmica, não sabem ainda interpretar um texto, trabalhar a intertextualidade e a informatividade e redigir com coesão e coerência? Quantos professores universitários não se assustam com os erros gramaticais de alunos recém saídos do ensino médio? Quanto sofremos, quando crianças, para superar o “medo do papel em branco” na hora de realizar nossas composições no ensino fundamental?

Seria, talvez, tentador criticar o trabalho da professora, lá atrás, que só se utilizou da cartilha para nos alfabetizar, que nos colocou medo quando devolvia nossas redações “antipedagogicamente” rabis-cadas em vermelho, que muitas vezes colocava na cabeça do aluno a ideia de que ele não sabia português.

No entanto, seria o despreparo do professor a única dificuldade para que o aluno aprendesse? Quantos somos nós, professores, pós-graduandos, formadores de formadores, em relação ao número de pessoas que foram bem sucedidas no processo de alfabetização, porém não seguiram seus estudos? E em relação ao número de excluídos num país com as características sócio-econômicas do Brasil? É válido lembrar que segundo dados do Censo divulgado pela Folha de S. Paulo, em 2006 o Brasil tinha 14,9 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, correspondendo ao nono maior índice de analfabetismo da América Latina<sup>1</sup>.

Obviamente, o despreparo do professor não é o único fator. É certo que muitos professores têm concepções equivocadas em relação à escrita e à língua portuguesa, adquiridas até mesmo em sua própria trajetória como alunos e decorrente de crenças que ficaram arraigadas em nosso sistema educativo por décadas (séculos, talvez).

Todavia, como é de conhecimento geral, não podemos nos desligar do contexto social mais amplo, no qual nossos alunos e

<sup>1</sup> Uma reportagem a esse respeito, realizada pela Folha de São Paulo, pode ser encontrada em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u332044.shtml>>.

professores se acham inseridos: alunos com fome não aprendem; alunos que não veem perspectivas de que a educação possa lhes trazer melhoria de vida, não aprendem; alunos acostumados ao ritmo dos *games* eletrônicos não se concentram na aula...

Disso concluímos que se o estudo, se o aprender, não fizer “sentido” para o aluno, ele certamente encontrará outras prioridades (trabalhar para o sustento da família, divertir-se com os amigos...), ou seja, se a educação não tiver um “significado” concreto para o aluno, haverá sempre algo mais necessário ou mais divertido a se fazer.

Resolver o problema do analfabetismo, da educação, portanto, não é apenas resolver um problema pedagógico: formar melhor o professor e aprimorar as técnicas de ensino para que o aluno aprenda mais e melhor. Nem é somente um problema a ser sanado com medidas “sociais”, muitas delas paliativas, que contornam, precária e muito superficialmente os problemas econômicos das classes menos favorecidas. Menos ainda, é questão de “modernizar o ensino”, transformando a sala de aula em um “parque de diversões”, de preferência com geringonças eletrônicas, para que o aluno aprenda sem fazer esforço e sinta prazer em cada atividade que realiza. Afinal de contas, aprender, muitas vezes, é bem dolorido...

Melhorar a educação, num país com as características do Brasil, requer um pouco de cada uma dessas coisas, num trabalho conjunto, que envolva aspectos pedagógicos, sociais, tecnológicos – e mesmo emocionais – de nossos alunos e professores. Requer, ainda, o envolvimento de diversos grupos da sociedade para que possa ser realizado.

Não adianta generalizar as causas da evasão e do analfabetismo, dizendo que a culpa foi da professora, que não soube “cativar” seu aluno; do pai que não deu a devida importância ao estudo do filho; dos alunos que estão cada dia piores; ou do governo que não se interessa pela educação e o bem-estar de seu povo. Também não adianta imaginarmos que as ONGs, as escolas comunitárias, as empresas, isoladamente, terão o poder mágico de resolver o déficit educacional do Brasil. Temos que trabalhar juntos, de modo cooperativo, solidário e não solitário.

Nesse percurso de busca de soluções, soluções urgentes e que atendam a um contingente enorme de excluídos, são feitas propostas que, no caminho de sua elaboração e execução, podem dar passos certos e, outras vezes, errados.

Cabe aí, também, o olhar crítico da Universidade, da academia: não só o mercado de trabalho pode/deve impor seus critérios para forjar melhorias na educação básica. Cabe à universidade, também, num olhar prospectivo, lutar pelas melhorias na base.

Assim, tendo em vista esse contexto, e não com o olhar de especialista em alfabetização ou políticas educacionais, é que apresento alguns aspectos para observarmos, discutirmos, refletirmos sobre os resultados e limites de programas que visam a reduzir o índice de analfabetismo no Brasil e melhorar o desempenho de nossos estudantes na leitura e na escrita. Tais aspectos nos permitem, também, abrir uma discussão sobre o fosso que muitas vezes separa a educação superior (em especial a pós-graduação) dos demais níveis educacionais, como se o sucesso de uma não dependesse da eficiência da outra.

1) No aspecto pedagógico, é necessário, entre outros fatores, que os programas voltados à “alfabetização” do aluno preocupem-se não apenas com a aquisição da habilidade técnica de “decodificar letras”. Ler/escrever é muito mais que isso. É necessário o trabalho significativo com textos que façam sentido na realidade do aluno. Se isso é válido e salientado na educação de crianças, na educação de jovens e adultos devem ser tomados com muito mais força! (Aspecto esse que imediatamente nos traz à lembrança Paulo Freire). A perspectiva de compreender a aquisição da linguagem escrita a partir, portanto, da concepção de letramento<sup>2</sup>, faz-se imprescindível. É necessário ligar a aprendizagem do aluno a seu contexto, tornar a aquisição útil no dia-a-dia do aprendiz, rever(ter) a maneira como são concebidos os preconceitos linguísticos. Aqui cabe a formação, a atualização, a preparação do professor, para que ele entenda por que – e como – educar numa nova perspectiva.

2) Ligado a essa perspectiva, é necessário que tenhamos claro o que entendemos por **ser alfabetizado**: durante muito tempo essa concepção esteve presa à ideia de “conhecer as letras” ou de “saber assinar o nome”; hoje, aproxima-se muito mais da ideia de ler/redigir um texto simples (um bilhete ou uma receita de bolo, por exemplo). Lembremo-nos do conceito de analfabetismo funcional. Não podemos,

<sup>2</sup> Por letramento entende-se a ideia de que alfabetizar não é apenas ensinar os códigos da escrita, relacionando os sons às letras, mas fazer com que o aluno compreenda o significado prático da escrita. Assim, o letramento pode ser compreendido como a condição que adquire um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais, permitindo-lhe participar significativamente de uma cultura letrada, possibilitando novas formas de inserção cultural. (MATÊNCIO, 1994; LEITE, 2001).

neste aspecto, deixar de nos questionarmos sobre quando termina o processo de alfabetização – ou de letramento: quando o aluno aprende a soletrar (conhecer as letras); quando aprende a montar palavras; quando começa a ler/redigir pequenas frases; quando já consegue sozinho ler placas, tomar seu ônibus, entender a conta de luz e o extrato do banco, ou quando consegue interpretar um poema, compreender um contrato, entender o editorial de um jornal e elaborar um texto argumentativo (por exemplo uma carta à prefeitura pedindo providências sobre um aterro)?

3) Na contracorrente do preconceito linguístico, é importante “respeitar” a variante linguística de nosso aluno, mas não podemos ficar só nisso. Temos, também, que deixar de compreender o analfabetismo como “doença”, um mal a ser combatido – como muitas vezes nos é inculcado – e conseqüentemente, olhar para o analfabeto como alguém que precisa ser salvo. Muito temos ouvido dizer que o alto índice de desemprego se deve à baixa “empregabilidade” dos indivíduos. Muitos afirmam, com veemência, que a educação poderá ser a redentora de todos os males da sociedade, como se, ao terem maior escolaridade (muitas vezes, sem formação, sem educação que a acompanhe), as pessoas ficassem imunes, por exemplo, ao desemprego. Contudo, não podemos deixar de considerar os benefícios que a aquisição da escrita pode trazer aos indivíduos.

4) Em primeiro lugar, inquestionavelmente, a oportunidade de aprender a ler e escrever causa um impacto na auto-estima do estudante. A sensação de autonomia e de não ser mais “marginalizado” numa sociedade letrada como a nossa (em que conhecer apenas um idioma já está sendo considerado “analfabetismo”), parece ser um dos “produtos” – se assim o podemos chamar – mais significativos dos programas de alfabetização<sup>3</sup>. Coisas que para nós podem ser simples e corriqueiras, como entender o modo de usar algum aparelho ou mesmo copiar aquelas pequenas receitas que vêm nas embalagens de diversos produtos, ler a manchete do jornal em letras bem grandes, escolher um cartão de Natal, ir ao cinema e entender o último filme “da moda” (com legenda em português), trazem grande sensação de

<sup>3</sup> Como exemplo, podemos citar um trecho do poema escrito por um alfabetizando do programa “Alfabetização Solidária”, transcrito por Joveliana Amado da Silveira em sua dissertação de mestrado (Unitri, 2000): “(...) já sei escrever o meu nome.../ sou livre e independente, / já mudou a minha estória / pois é a melhor escola / que já surgiu na minha frente / uma escola confortável, / de grandes realidades, / de amor e de emoção (...)”. (Texto produzido por José e Lucia Manaia de Souza, Ceará, 29-08-00).

bem-estar, de realização, podemos mesmo dizer de felicidade. É a perspectiva afetiva da educação.

5) No aspecto social, as vantagens são também bastante importantes. Talvez, as mais salientadas em todas as propagandas, em todos os resultados de avaliação de programas dessa natureza e concentram-se, em especial, numa palavra que muitos utilizam, porém que poucos compreendem com clareza: cidadania. E, nesse ponto, a perspectiva de alfabetizar letrando é fundamental: ao aprender a interpretar, a criticar, a se posicionar, o indivíduo tem abertas possibilidades de compreender melhor a sociedade em que vive e nela intervir.

6) Porém, em todos os aspectos até aqui tratados, não podemos deixar de fazer um parêntese para lembrar daqueles que, **uma vez mais**, ficam pelo caminho: como se sentem enquanto alunos, cidadãos e pessoas? O que aconteceu a eles? O que acontecerá?

7) Até aqui abordamos apenas um lado do processo: os “alunos”. E quanto aos professores? O que podem aprender, partilhar, crescer nessa oportunidade de troca? O mesmo se pode dizer sobre coordenadores e demais envolvidos nos projetos. Num processo educativo de verdade, trocam-se saberes, experiências: o aluno desvenda com o professor os mistérios da escrita e o professor desvenda com o aluno sua cultura, seus saberes, seu modo de compreender o mundo. Com o aluno o professor muitas vezes reflete sobre sua própria língua: por que em português dizemos *muito obrigado/a* e nunca *obrigados/as*? Por que existe mesóclise? Por que todas as proparoxítonas são acentuadas? Dizer “obrigada eu”, está certo? É verdade que saber de cor é saber de coração? Se parte da população entende o termo “entuchicado” (referindo-se a passar mal por ingestão ou mistura excessiva de alimentos), diferente de intoxicado (contaminado por veneno), uma nova palavra não teria sido criada? Se podemos deletar e compramos no shopping center, se incorporamos palavras como abajur, sutiã, software e mesmo futebol, por que não incorporar uma palavra de uso popular? Para tanto, os profissionais que atuam em programas de alfabetização e em EJA, e com o ensino do idioma de modo geral, precisam estar abertos e preparados.

8) E quem forma os formadores? Voltamos aqui à Universidade, espaço de reflexão, de pesquisa, de busca de novos conhecimentos e novos meios. A universidade não pode ficar distanciada da sociedade (muitas vezes, é a sociedade que a financia!). A universidade não pode, também, ficar distante dos outros níveis educacionais: embora méto-

dos e objetivos possam ser diferenciados, a educação básica alimenta a universidade, e esta volta a alimentar a educação, formando seus professores, diretores, secretários, ministros... Em momento algum podem se distanciar. E não é necessário forçar a aproximação: ela existe por princípio.

9) Anteriormente, mencionamos a urgência de que programas emergenciais, da natureza do Alfabetização Solidária ou do Brasil Alfabetizado sejam realizados. Como fomos observando até aqui, percebemos que, por um lado há necessidade de trabalho conjunto, que integre os diversos degraus educacionais e diversas esferas da sociedade. Na urgência de dar respostas, programas nacionais, iniciativas individuais de empresas e ONGs, ou mesmo entidades religiosas, são de extrema importância: o trabalho de beija-flor apagando o incêndio é necessário e bem-vindo. Porém, tais iniciativas, em geral, realizam-se por curto período de tempo, são localizadas, podem ser realizadas de modo equivocado e correm o risco de sofrer cortes advindos do vai-e-vem da troca de governos na administração pública. É necessário, portanto, que programas dessa natureza sejam tomados de modo sistemático e que não padeçam do mal da descontinuidade. Se não deu certo da primeira vez, vamos corrigir os pontos problemáticos, em vez de jogar tudo fora e começar de novo. Tais programas emergenciais são (e revelam isso) apenas a ponta de um *iceberg*, mas sabemos que sem uma base muito ampla e bem estruturada, qualquer *iceberg* corre o risco de afundar e se diluir no mar, sem deixar vestígios.

10) Para que os programas voltados à alfabetização e ao letramento, emergenciais ou não, sejam, de fato, eficazes, é preciso que passem por constantes avaliações, seja pelos resultados mostrados pelos alunos, seja pelos professores que avaliam sua prática, seja pela sociedade no qual se inserem. Nesse aspecto, é possível que a perspectiva hoje muito difundida de “professor reflexivo”, a compreensão acurada de como se realiza e se analisa um processo de avaliação (institucional ou não), o estudo de como se dá o processo de aprendizagem do aluno adulto ou de como se aplicam os princípios da pesquisa-ação ou participante possam oferecer preciosas contribuições para o aprimoramento da prática e da teoria de uma temática tão relevante dentro da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito Lingüístico** – o que é, como se faz. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAGLIARI, G. M. **O texto na alfabetização: coesão e coerência**. Série Alfabetização, v.1, 1997.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.
- CAMPOS, A. M.; PACHANE, G. G. Diálogos com quem ousa educar, educando-se. In: 32a. Reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambu. **Anais da 32ª Reunião Anual da ANPED**. CD-Rom, 2009. v.1. p.1 – 19.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ILARI, R. **A lingüística e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- KLEIMAN, A. B. (Org). **Os significados do letramento**. Campinas, Mercado de Letras, 2001.
- LARROSA, J. **Pedagogia profana** – danças, piruetas e mascaradas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LEITE, S. A. S. (Org.). **Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas: Komedi – Arte Escrita, 2001.
- LUCKESI, C. et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MATÊNCIO, M. de L. **Leitura e produção de textos na escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas, Mercado de Letras, 1994.
- MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: Unicamp, 1996.
- OLIVEIRA, A. M. **O processo de construção da leitura**. Apostila UNESP-IB-Departamento de Educação – CRC, 2001.

Dez notas sobre alfabetização e letramento

OZELO, R. de C.; PACHANE, G. G. **Alfabetização e letramento**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Limeira, SP: Instituto Superior de Ciências Aplicadas, 2003.

PÉCORA, A. A. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PERINI, M. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSAS, W. M. **Compreensão e domínio da escrita em educação de jovens e adultos**. Brasília: Acep, 1999.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. A leitura errada existe. In: Estudos lingüísticos: **Anais de Seminários do GEL XIX**: 558-564, 1990.

RAMAL, A. C. **Língua Portuguesa: o que e como ensinar em educação de jovens e adultos**. Brasília: Acep, 1999.

RIBEIRO, M. K. R.; PACHANE, G. G. **O processo de aquisição da leitura e escrita durante a educação infantil**. (Trabalho de conclusão de curso). Limeira, SP: Instituto Superior de Ciências Aplicadas, 2002.

RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo e atitudes**. Ação Educativa. Campinas, Papirus, 1999.

SILVA, E. T. **Criticidade e leitura** – ensaios. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

THEREZO, G. P. **Como corrigir redação**. Campinas, SP: Alinea, 1997

VAL, M. da G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Enviado em: 10/09

Aceito em: 12/09